

**Reunião ordinária****Data: 2021-05-24****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.14 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, IP (27/PPRC/PR/2021) -----****N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE MARÇO DE 2021 (10/PGEN/PR/2021 - 15/DIVER/PR/2013) -----****PROPOSTAS DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----****N.º 03 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE LINHACEIRA (29/PPRC/PR/2021)-----****N.º 04 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO (APARR - APAT) (10/PPRC/VHC/2021) -----****INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----****N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE**



- 25 DE OUTUBRO DE 2017 (28/PPRC/PR/2021)**-----
- GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE:** -----
- N.º 06 – FILMAGENS PARA A CURTA METRAGEM “ALCOFRIBAS” – isenção de taxas (3/PGEN/GAIT/2021 - 1/DIVER/GAIT/2021)**-----
- N.º 07 – FILMAGENS PARA A CURTA METRAGEM “ALCOFRIBAS” – isenção de tarifas de estacionamento (4/PGEN/GAIT/2021 - 1/DIVER/GAIT/2021)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 08 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DO TROÇO DO AQUEDUTO DOS PEGÕES EM TOMAR – liberação de caução (2366/ENTE/DAJA/2021 - 234/CONPUB/DOM/2017)**-----
- N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA EN349-3, ENTRE A PRAÇA INFANTE D. HENRIQUE E ALGARVIAS – projeto de execução (124/PGEN/DOM/2021 - 107/ESCAMU/DOM/2013)**-----
- N.º 10 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA VÁRZEA GRANDE - revisão de preços (126/EMPR/DOM/2021 - 268/CONPUB/DOM/2018)**-----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----
- N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À CLÍNICA DENTÁRIA LUSOSMILE - Signosinopse, limitada (2204/ENTE/DAJA/2021 - 1/PUBLI/DAJA/2021)**-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (215/JUEL/DGT/2019 - 114/EDIF/DGT/2018)**-----
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----
- N.º 13 – REALIZAÇÃO DE MOSTRA DE FRUTOS SECOS E ENCONTRO DE TASQUINHAS (20/PGEN/GELS/2021)**-----
- N.º 14 – REORGANIZAÇÃO TEMPORÁRIA DA FEIRA SEMANAL E DESLOCALIZAÇÃO DE LUGARES DE VENDA OCASIONAL (18/PGEN/GELS/2021 - 1/COVSTM/GELS/2021)**-----
- N.º 15 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO "TOMAR A COMUNIDADE JUDAICA" (58/PGEN/DTC/2021 - 8/DIVER/DTC/2014)**-----
- N.º 16 – CEDÊNCIA DE MOBILIÁRIO - Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina (2309/ENTE/DAJA/2021 - 20/ASSCUL/DTC/2016)**-----
- EXPEDIENTE:**-----
- N.º 17 – TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO - RELATÓRIO REFERENTE AO ANO DE 2020 (2361/ENTE/DAJA/2021 - 5/ENTEXT/PR/2013)**-----



e.
[Signature]

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu conhecimento que, no âmbito do dia da criança e do dia do ambiente, vão decorrer, durante toda a semana, sessões de cinema para as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo e, ao fim-de-semana, atividades para fazer em família; no final do ano letivo, será promovida uma semana dedicada ao cinema para os alunos do segundo ciclo. Deu nota que decorrem a partir desta semana as candidaturas à ação social escolar no próximo ano letivo para os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo. Referiu que terminou ontem o prazo de cento e oitenta dias em que o Plano Diretor Municipal esteve suspenso e o município impedido de se pronunciar sobre tudo o que pudesse ter alteração entre o plano em vigor e a proposta de plano; pelo menos durante um mês, as situações que tenham ficado por resolver e só tenham resolução nos termos do plano em vigor voltam a ter alguma oportunidade.-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que se iniciou hoje a redução da copa das árvores que estavam a perturbar os moradores da rua Carlos Campeão e que vão ser removidos dois plátanos e um celtis australis na estrada do Convento, que estão em risco de queda e a perturbar a circulação de peões nos passeios, um choupo em risco de queda junto à casa de função da Piscina Municipal Vasco Jacob e duas árvores que estão secas junto ao parque infantil Traquinas do Nabão.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que o município vai estar presente na Bolsa de Viagens de Lisboa, que decorre entre os dias quatro e seis de junho, para promoção do plano de retoma do turismo, onde se inclui a campanha Tomar Check In, e das unidades hoteleiras, bem como da Rota Europeia dos Templários, a que Tomar preside no corrente ano.-----

O Sr. Vereador José Delgado disse que o programa Tomar Check In é uma iniciativa positiva que visa incentivar e dinamizar as dormidas em Tomar e sentem no terreno que foi recebida com agrado pelos visitantes e pelos agentes da economia local que podem receber os vouchers; o setor está a movimentar e as unidades de alojamento estão a ter procura sendo expectável que a verba disponibilizada se vá esgotar com alguma facilidade. Disse que é uma ação que vem de encontro ao que defendem para alavancar a economia local e que o apoio deve ser dado quando as entidades, as empresas e os tomarenses precisam, pelo que questiona se está previsto reforçar o valor destinado à iniciativa e estender a sua validade, e até quando.-----



Em resposta, a **Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que o montante foi estimado para uma lotação praticamente esgotada durante três meses e acreditam que serão suficientes os duzentos mil euros cabimentados sendo certo que, em meados de junho, a questão será reavaliada para perceber a viabilidade de continuação da campanha que, como pretendiam, está a trazer visitantes para Tomar e desenvolvimento para as unidades hoteleiras, que estão praticamente esgotadas ou com uma ocupação bastante grande, para a restauração, para as pastelarias e para os agentes de animação turística. Concordou que é a altura certa para apoiar a economia local e que há disponibilidade para reavaliar o cabimento e a continuação da campanha. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, desde dois mil e dezoito, não há qualquer procedimento público para atribuição de talhões nas Hortas Municipais de Marmelais e que lhes constou que há pessoas interessadas que não conseguem aceder aos talhões disponíveis. Perguntou se a informação corresponde à verdade, quantos talhões estão ocupados, se os utilizadores têm pago a taxa anual e se, no período de confinamento, foram abrangidos pelas isenções, e também se, como prevê o regulamento, foram realizadas algumas ações de formação que promovam métodos de agricultura sustentável com salvaguarda dos recursos naturais escassos, como o solo, a água e a energia e, em caso afirmativo, quando e onde. Referiu que, em abril, a Sra. Presidente anunciou a existência de dois investidores interessados na empresa IFM/Platex, que se encontra em processo de insolvência, questionando se o processo teve desenvolvimento, se se confirma o interesse dos novos investidores e se há conversações com o Administrador de Insolvência e com a Comissão de Credores. Salientou que tem sido notícia noutros concelhos a situação dos emigrantes que se deslocaram para o nosso país à procura de trabalho e de melhores condições de vida, e tem havido denúncias na comunicação social e nas redes sociais acerca das condições indignas em que alguns vivem, até com suspeitas de exploração laboral; têm a perceção que, em Tomar, o número de emigrantes aumentou e têm que estar atentos a este fenómeno migratório e, através do serviços de ação social da autarquia, tentar perceber em que condições é que estas comunidades estão instaladas no concelho, e seria pertinente realizar um diagnóstico social sobre a situação e procurar garantir o apoio necessário à integração destas comunidades de trabalhadores. Por último, procedeu à apresentação de uma proposta para estabelecimento de contatos com o Regimento de Engenharia número um, com vista a ser assinado um protocolo para a realização de uma operação de limpeza das Ribeiras da Lousã e de Ceras nos troços mais necessitados.-----



Em resposta às questões colocadas sobre as Hortas Municipais, o **Sr. Vereador Hélder Henriques** informou que estão atribuídas vinte e uma das sessenta hortas; estão quatro processos a decorrer para atribuição de espaços e hoje mesmo foi atribuído um; a hasta pública só se justifica quando há mais do que um interessado, o que não tem acontecido, pelo que tem procedido à atribuição direta dos espaços aos interessados; em dois mil e dezoito, foram convidados os utilizadores para uma ação de formação, em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, e o convite ficou deserto; há sensibilização para ações de formação e a resposta positiva não lhes chega; está a ser cumprido o pagamento anual de cinquenta euros e os utilizadores não beneficiaram de qualquer isenção porque não é uma atividade fundamental para a vida das pessoas.-----

Sobre a situação do processo da IFM, a **Sra. Presidente** referiu que é um processo que ultrapassa a Câmara e que, quando falou publicamente do assunto, já os dois interessados estavam em conversações com o Administrador da Insolvência. Adiantou que é do seu conhecimento que um dos interessados esteve no território a falar com um conjunto de trabalhadores e que o outro já tem clientes nos Estados Unidos; colocou a ambos a hipótese de partilhar os respetivos contatos, até para poderem eventualmente considerar uma proposta conjunta, mas ambos entenderam que, nesta fase, não era pertinente, sendo que um deles até já teria apresentado uma proposta; havia um conjunto de terrenos que estavam a obstar que se chegasse a bom porto, mas o Turismo de Portugal está disponível para renegociar as condições em que os terrenos se encontram. Salientou que se tem verificado o aumento da comunidade emigrante no concelho, sobretudo oriunda do Reino Unido, mas não é população que venha trabalhar; há emigrantes de países fora do espaço europeu a trabalhar no concelho, sobretudo na construção civil e nas empresas da Zona Industrial, nomeadamente numa que, no ano passado, teve um surto Covid-19. Deu nota que, nessa altura, os trabalhadores estavam colocados por empresas de trabalho temporário e nem todos residiam no concelho; a Autoridade para as Condições do Trabalho avaliou a legalidade dos contratos de trabalho, a forma como aqui chegaram e as empresas que os tinham trazido; também foram avaliadas as condições das habitações onde residiam e sugeridas pequenas melhorias nalgumas, sendo certo que tinham água quente, cozinha e sanitários; a questão colocou-se em termos de lotação em relação à tipologia das habitações e levou a que alguns dos casos positivos tivessem sido transportados para a Base Naval do Alfeite, onde alguns acabaram por ficar mais tempo para ser possível criar outras condições para os receber. Salientou que ninguém está livre de poderem ocorrer situações como aquelas que têm visionado, sendo certo que a



e.
/

responsabilidade não é da autarquia, embora deva intervir no âmbito de uma equipa multidisciplinar de acompanhamento; no concelho, o fluxo migratório tem estado a ser monitorizado e, para já, não há nenhuma situação de alarme. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que foram alertados que, com muita frequência, têm existido alguns conflitos, chegando mesmo a vias de facto, entre residentes no Bairro Nossa Senhora dos Anjos alegando as pessoas que não podem apresentar queixa porque têm medo de retaliações e que terá que ser o município a tomar algumas medidas de modo a aumentar a segurança no bairro. Perguntou se há conhecimento do que se está a passar realmente e o que é que vai ser feito para minimizar o choque de culturas que, por vezes, ali acontece. Questionou em que ponto se encontra o plano social e habitacional proposto no programa eleitoral do Partido Socialista porque está diretamente relacionado com este problema. Perguntou qual é o ponto da situação da negociação entre a Câmara e os proprietários da Fábrica da Fiação e da zona envolvente, na tentativa de encontrar uma solução para requalificar aquela área, como foi aqui falado, e também qual é o ponto da situação da negociação do terreno para o parque de feiras. Referiu que se continuam a verificar, com muita frequência, problemas na iluminação pública do concelho, especificamente na cidade, que apresenta iluminação muito muito má nalgumas ruas centrais, como a Levada e a alameda; nalguns dias, a iluminação pública é muito pouca em zonas muito frequentadas e gostaria de saber se a empresa já entregou todos os trabalhos, se têm sido feitos relatórios e monitorizados os problemas que têm sido detetados, por si e por várias outras pessoas que os abordam. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou que, no Bairro Nossa Senhora dos Anjos, ou em qualquer outro bairro ou zona do concelho, a Câmara não pode agir com fundamento em boatos e, se alguém tem alguma coisa a dizer, tem que apresentar as questões nos locais certos. Garantiu que, desde que assumiram funções, não houve um dia sequer que não tenha havido obras em pelo menos um dos bairros, e estão continuamente a promover a manutenção ou reabilitação de frações municipais; têm hoje uma equipa que permite um acompanhamento e uma presença regular nos bairros, que não era possível até há alguns anos atrás. Referiu que, sempre que há mudanças num qualquer status quo, há resistências e opiniões, e, muitas vezes, não há nada de facto a não ser, por um lado, uma ou outra pessoa que usa o argumento do vivo aqui há vinte anos e não tenho que aceitar mais ninguém porque essa pessoa é diferente de mil, ou também por parte de quem chega querer impor logo uma determinada forma de estar, sendo certo que vivem numa habitação diferente e têm que



perceber que precisam de se adequar às horas em que estão proibidos de fazer ruído, ou outras questões do género, mas são adequações que são normais numa qualquer zona habitacional onde surja um vizinho novo que possa fazer mais barulho em casa. Disse que, se as situações de vias de facto que foram referidas significarem agressões físicas, desconhece totalmente que tenham existido, mas, a acontecerem, são questões de polícia e o município nada pode fazer; o regulamento em vigor prevê um conjunto de penalizações para quem proceda mal, concretamente numa situação dessas, mas, para que isso aconteça, é preciso haver registos formais, nomeadamente autos de notícia da Polícia de Segurança Pública; ninguém desejaria que a Câmara pudesse por alguém na rua porque alguém diz que se disse. Garantiu que acompanham muito de perto a situação nos bairros e que a equipa social anda no terreno e vai, praticamente todas as semanas, pelo menos uma vez, a ambos os bairros, fala com as pessoas, visita casas, trabalho que se quer fazer cada vez mais, à medida que os recursos o permitam. Em relação aos terrenos da Fábrica de Fiação, frisou que não há qualquer negociação e o que terá referido é que se tem tentado dar o máximo de apoio a quem se tem apresentado como proprietário daqueles terrenos, para encontrar soluções e agilizar procedimentos que possam vir a acontecer; essa pessoa já apareceu com vários técnicos e, mais recentemente, com um novo gabinete técnico para desenvolver um projeto de edificação em parte dos terrenos; há um plano de pormenor que define o que pode e não pode ser feito e não crê que a situação seja resolúvel rapidamente, até porque é uma área muito grande. Sobre o parque de feiras, disse que, nos meses mais recentes, não tem havido contato com os proprietários do terreno de Marmelais, sendo certo que, até hoje só falaram com um dos irmãos, porque o outro está, há bastante tempo, no estrangeiro e aguardam que venha a Portugal para conversarem sobre o assunto; o terreno ficará reservado para equipamento público no plano de pormenor do Flecheiro e Mercado e não poderá ter outra utilização; pode haver várias soluções, nomeadamente a expropriação, que têm sempre conseguido evitar e nunca ocorreu nos dois mandatos. -----

A Sra. Presidente referiu que o projeto de iluminação pública ainda não foi rececionado porque entendem que não estão reunidas as condições para que isso aconteça, nomeadamente no centro histórico, cujas lanternas foram mantidas e ainda não foram alteradas na totalidade; o projeto tem definidas áreas críticas e prioridades de atuação, e, no caso do centro histórico e da alameda, inseridas na ARU de Tomar, está prevista a reparação de luminárias avariadas no prazo de setenta e duas horas; não há qualquer reporte de avarias e a intensidade e luminosidade é igual a qualquer ponto da cidade e do concelho; há uns



meses, ocorreu um problema de desligamento de candeeiros, devido à rede de baixa tensão, mas a E-Redes atuou e está solucionado. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que sabem que nalguns bairros de Tomar existem mais problemas de vizinhança comparativamente com outros e o que se pretende, e sugere, é que haja um acompanhamento mais próximo nos bairros onde ocorram mais problemas desta natureza; não sabe como têm estado a ser feitas as visitas da área social, e com que regularidade, mas alguns residentes alegam que ninguém os questiona sobre absolutamente nada, ou que não foi dada a devida importância quando reclamaram, e que, durante muito tempo, ninguém acompanha as situações; são problemas entre residentes, não interessa se antigos se recentes, e têm que ser resolvidos; sendo fogos propriedade do município devia ser feito um acompanhamento de maior proximidade e com muito mais presença das equipas multidisciplinares, para que se compreenda o que se passa, se as reclamações são infundadas ou se as pessoas não têm possibilidade de viver ali em harmonia e plena vizinhança; se as questões forem colocadas às famílias elas vão certamente responder, porque, quando os encontram, ou quando os procuram, fazem essas reclamações. Salientou que o parque de feiras é importante para o concelho e que, se não houver possibilidade de concretizar a negociação de que falam há quatro anos, um problema que tem sido adiado ao longo de meses, deveria ser ponderado negociar outro terreno.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que não é impossível negociar outro terreno, mas não é fácil que possa acontecer porque uma coisa desta dimensão obriga a que esteja vertido nalgum instrumento de gestão do território, neste caso no plano de pormenor do Flecheiro e Mercado; foi tomada uma decisão e está a ser feito o caminho para que possa ser concretizada, por acordo ou por expropriação. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte um, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e seis euros, vinte e dois cêntimos (2.966.296,22€) em Operações Orçamentais, e duzentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e quatro euros, quarenta e cinco cêntimos (273.934,45€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

**N.º 01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, IP**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou o protocolo de colaboração com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, regulando a cedência pelo Município de desfibrilhador automático externo, para permanência no Centro de Vacinação Covid-19 de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1338/PR/2021, de 10 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE MARÇO DE 2021-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 200/2021 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência do autocarro do Município no mês de março do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a cedência efetuada e o apoio prestado, no montante de 622,01€ (seiscentos e vinte e dois euros, um cêntimo).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----**N.º 03 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE LINHACEIRA**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de protocolo de cooperação com a Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira, a estabelecer as condições de utilização do Pavilhão e balneários de apoio, sites no Campos de Jogos de Linhaceira, Urbanização da Boavista, e a atribuição de apoio extraordinário face aos respetivos termos e objetivos, em particular as obrigações para o município previstas na alínea a) do n.º 2 da cláusula segunda.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos e atribuir apoio extraordinário no valor de 25.000€ (vinte cinco mil euros), conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, com a seguinte declaração de voto dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos e da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet: "A proposta de apoio à ACR Linhaceira deveria ser



acompanhada por uma informação técnica sobre as obras que têm de ser realizadas no pavilhão e os critérios utilizados para se chegar a estes valores de apoio. Falta aqui fundamentação técnica, mas estamos a favor do apoio, criando condições de utilização do Pavilhão e balneários, porque é importante as associações desenvolverem as atividades desportivas ou culturais, sendo fundamental também para a dinâmica do concelho. -----
Deixamos aqui uma palavra de reconhecimento a todos os dirigentes pelo trabalho desenvolvido.”. -----

No âmbito do ponto anterior, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram uma proposta para reforço do apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social que se candidataram ao programa PARES três ponto zero - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - Terceira Geração. -----

N.º 04 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO (APARR - APAT) -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio extraordinário à APARR (APAT), no valor de 20.000€ (vinte mil euros), pelos fundamentos apresentados em informação do seu gabinete. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir apoio extraordinário anual no valor de 20.000€ (vinte mil euros), conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade, com a seguinte declaração de voto dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos e da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet: “Os vereadores do PSD entendem que não se deve tratar de um apoio extraordinário atendendo a que se trata de uma obrigação do município. Pela explicação do Sr. Vereador Hugo Cristóvão este apoio destina-se a alimentos e cuidados básicos dos animais. -----

O município de Tomar tem obrigação de manter os animais alimentados e bem tratados e entendemos que esses custos devem ser bem calculados e definidos anualmente para que não seja necessário que existam apoios extraordinários. -----

Por outro lado quando vem a discussão qualquer apoio a instituições e associações, deve acompanhar um documento onde conste qual o apoio total acumulado no ano. -----
Deste modo votaremos favoravelmente.”. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE: -----



N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em maio pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----

N.º 06 – FILMAGENS PARA A CURTA METRAGEM “ALCOFRIBAS” – isenção de taxas---

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 67/2021 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à autorização concedida à produtora Cedro Plátano para realização de filmagens no claustro do Convento de São Francisco, no dia 14 de maio, para a curta metragem “Alcofribas”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 – FILMAGENS PARA A CURTA METRAGEM “ALCOFRIBAS” – isenção de tarifas de estacionamento -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou o estacionamento de viaturas da produtora Cedro Plátano no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal de Tomar, entre os dias 11 e 16 de maio, no âmbito das filmagens para a curta metragem “Alcofribas”, e isenção das correspondentes tarifas, no valor total de 401,30€ (quatrocentos e um euros, trinta cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1398/PR/2021, de 15 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 08 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DO TROÇO DO AQUEDUTO DOS PEGÕES EM TOMAR – liberação de caução-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3216/2021 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a



liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de reabilitação e reforço estrutural do troço do Aqueduto dos Pegões em Tomar, adjudicada a STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, SA. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou liberar 15% do valor da caução, correspondente ao terceiro ano sobre a data da receção provisória da obra.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA EN349-3, ENTRE A PRAÇA INFANTE D. HENRIQUE E ALGARVIAS – projeto de execução -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3042/2021 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução da empreitada de requalificação da EN349-3, entre a Praça Infante D. Henrique e Algarvias.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o projeto de execução da empreitada de requalificação da EN349-3, entre a Praça Infante D. Henrique e Algarvias.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA VÁRZEA GRANDE - revisão de preços -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3325/2021 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o segundo cálculo de revisão de preços, a título provisório, relativo à empreitada de requalificação da Várzea Grande, adjudicada a Ângulo Recto Construções, limitada, nos termos e fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o segundo cálculo de revisão de preços, a título provisório, do qual resulta a favor do município o valor de 23.212,66€ (vinte e três mil, duzentos e doze euros, sessenta e seis cêntimos).-----

Mais deliberou notificar a empresa a proceder ao pagamento da referida importância, acrescida do IVA à taxa legal.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À CLÍNICA DENTÁRIA LUSOSMILE - Signosinopse, limitada-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional à clínica dentária LusoSmile, nos dias 15 e 28 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 1399/DAJA/2021. ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1356/PR/2021, de 13 de maio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 114/EDIF/DGT/2018, relativo ao licenciamento para construção de habitação unifamiliar e muro de vedação em Vale da Nora, Lote 2, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que é requerente Horácio Hugo Ferreira Faria de Azevedo e Silva, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 7325/2021 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo dos n.ºs 2 e 5 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 13 – REALIZAÇÃO DE MOSTRA DE FRUTOS SECOS E ENCONTRO DE TASQUINHAS-

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques: -----

“A proposta de cancelamento da feira de Santa Iria de 2021 foi aprovada por unanimidade em reunião do Executivo Municipal de 10 de maio de 2021. -----

No seguimento desta aprovação considera-se possível a realização de um evento sustentado nos frutos secos e na gastronomia, uma vez que ambos fazem, tradicionalmente, parte da feira de Santa Iria.-----

O planeamento e execução deste evento serão feitos a curto prazo, podendo ser revertidos



caso não estejam reunidas as necessárias condições de salvaguarda de saúde pública que permitam em segurança a sua concretização. -----

Dá aos tomarenses e a quem nos visita a possibilidade de adquirirem produtos genuínos como as passas de figo, ameixa, pera, pêsego e uva, as amêndoas, nozes e castanhas. -----

Permite ao comensal deliciar-se com as iguarias gastronómicas associadas ao período da feira.

Assim, propõe-se a realização em simultâneo de: -----

Uma "Mostra de Frutos Secos" para que os nossos produtores rurais possam escoar os seus frutos secos e desta forma contribuírem para reforçar a sua economia doméstica. -----

Um "Encontro de Tasquinhas" como apoio ao associativismo, para que as instituições do concelho possam gerar receitas para continuarem a sua atividade cultural, recreativa desportiva, religiosa e lúdica. -----

O evento decorrerá de 15 a 24 de outubro, nas imediações do Mercado Municipal." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Célia Bonet sugeriu que, sem desvirtuar o que se pretende com a designada Mostra de Frutos Secos, e sem pôr em causa os fundamentos da alteração que ocorre no corrente ano, seja analisada a manutenção da denominação Feira das Passas, para manter a identidade e a diferenciação do evento que se realiza em Tomar. -----

N.º 14 – REORGANIZAÇÃO TEMPORÁRIA DA FEIRA SEMANAL E DESLOCALIZAÇÃO DE LUGARES DE VENDA OCASIONAL -----

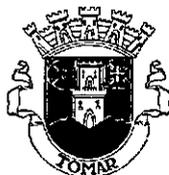
Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques: -----

"A obra de reabilitação da margem esquerda do Rio Nabão, frente ao edifício do mercado municipal tem o prazo previsto de execução de 120 dias com o início no próximo dia 14 de junho. -----

Uma vez que irá ser ocupada a zona asfaltada confinante com a margem esquerda do rio, são necessárias efetuar algumas alterações à atual disposição da Feira Semanal e lugares de venda ocasional localizados na Praceta junto à "Tenda Branca". -----

Nesta conformidade propõe-se:-----

No próximo dia 4 de junho de 2021 serão deslocalizados os vendedores ocasionais de produtos alimentares atualmente instalados na Praceta, para os espaços cobertos na parte frontal do edifício do mercado municipal.-----



Esta mudança implicará adaptações aos novos espaços por parte dos vendedores, nomeadamente a impossibilidade da presença de viaturas de apoio no local de venda. -----

No próximo dia 11 de junho de 2021, efetuar-se-á a deslocalização dos vendedores/feirantes da Feira Semanal instalados junto à margem do rio e daqueles que se encontram junto da entrada do mercado (lado direito), para os espaços da Praceta.-----

Serão criados 16 lugares de venda na Praceta.-----

Serão deslocalizados os operadores que exercem a atividade nos lugares 8; 9; 10; 11; 12 e 14 do setor B e 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 27A; 28; 29; 30 e 30A do setor A. -----

Aos vendedores que atualmente se encontram nos espaços atrás referidos e que sejam titulares de dois lugares terão obrigatoriamente de passar a exercer sua atividade em apenas um lugar.-----

Os novos espaços de venda serão atribuídos através do Método de Seleção por Sorteio, sendo o ato público de sorteio publicitado através de Edital afixado nos locais do costume e ainda publicado no sítio oficial da Câmara Municipal de Tomar em www.cm-tomar.pt. -----

A não aceitação dos lugares de venda, quer para a Feira Semanal quer para os vendedores ocasionais de produtos alimentares implicará a sua exclusão.-----

Fica proibido o estacionamento de veículos frente aos lugares de venda nos espaços cobertos na parte frontal do edifício do mercado municipal, podendo apenas ser efetuadas cargas e descargas das 6h00 às 7h00 conforme sinalética existente. -----

Para estacionamento das viaturas dos operadores do mercado municipal, existe como alternativa, o Parque de Santa Iria e o Parque nas traseiras da Torre da Igreja de Santa Maria do Olival.". -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO "TOMAR A COMUNIDADE JUDAICA"-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço de venda ao público do livro "Tomar A Comunidade Judaica", de Maria José Ferro Tavares, nos termos da informação n.º 352/2021 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida



informação, deliberou fixar o preço de venda em 13,50€ (treze euros, cinquenta cêntimos), que inclui o IVA. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – CEDÊNCIA DE MOBILIÁRIO - Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 331/2021 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de vinte cadeiras de tampo, sem utilização, à Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina.---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder as referidas cadeiras à Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina. -----

Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e um voto contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, com a seguinte declaração de voto: "O executivo decidiu ceder a título definitivo 20 cadeiras à Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina. -----

Não se trata de nada contra quem recebe, mas o modo como o procedimento foi efetuado. ---

A Sociedade Nabantina tem uma longa história de sucesso, com grande esforço de todos os que ao longo de décadas se dedicaram a fazê-la prosperar. Por esse motivo todos os Tomarenses têm grande orgulho no seu percurso. No entanto, o modo como os procedimentos são efetuados têm que obedecer às regras de boa gestão, quer se trate de simples cadeiras, quer se trate de bens de maior valor. -----

Os bens do município não são os bens pessoais dos vereadores e por isso estes não podem decidir oferecê-los de acordo com conhecimentos pessoais, amizades ou interesses particulares.-----

O município não pode fazer esta discriminação positiva, sem verificar se existem outros interessados neste mobiliário que pertence ao município e não pertencem ao vereador que decidiu fazer esta cedência.-----

O procedimento deveria ter sido o mesmo que tem sido feito com outro mobiliário e equipamento, segundo o vereador explicou na reunião. Ou seja, colocar à disposição das Associações e Instituições e verificar as que se mostrariam interessadas. Depois decidir de acordo com essa evidência de interesse ou não por parte de todos. -----

Deste modo votarei contra nesta deliberação." -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 17 – TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO - RELATÓRIO REFERENTE AO ANO



DE 2020 -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório anual do projeto Transporte a Pedido no Médio Tejo, elaborado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Antes de terminada a reunião, excecionalmente, a Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Hugo Cristóvão para responder a uma questão que, já no período da ordem do dia, foi colocada pela **Sra. Vereadora Célia Bonet**, no seguimento de informação que recebeu por mensagem, concretamente se teria havido agressões a uma técnica municipal de serviço social num dos bairros sociais da cidade e, em caso afirmativo, o que, a propósito, fez e/ou pondera fazer a Câmara. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, apesar das reuniões estarem a ser visionadas e serem acompanhadas ainda por mais pessoas, não estão num fórum e não lhe parece um bom princípio colocar as questões que são colocadas por mensagem, no decorrer dos trabalhos da reunião. Confirmou que uma das assistentes sociais do município foi agredida, essencialmente de forma verbal e que, no mesmo dia, foi apresentada queixa junto das entidades competentes, pela própria e pelo município, queixa que foi secundada pela Junta de Freguesia, que tinha um elemento no local. Referiu que são situações que não devem ocorrer, mas podem acontecer a quem anda no terreno reiterando que são precisos dados objetivos e escritos para que possam eventualmente ter outras consequências por parte da Câmara. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que os desacatos acontecem em todo o lado, mas talvez o município possa ponderar que quem não cumpre determinadas regras - e tratar bem os técnicos da Câmara e da Junta de Freguesia é uma das essenciais - tenha penalizações adequadas à gravidade da situação.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e catorze minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

